

FANTOCHES

BASTIDORES DA POLITICA E DOS NEGOCIOS

DIRECTOR E EDITOR

ROCHA MARTINS

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO, Rua do Alecrim, 65 — LISBOA — Telefone 2440-C.

O pregão de Camoezas e a imprensa

O "regimen da publicidade,, no comunismo e hoje — Idéas estranhas dum deputado mais estranho — A tentação do jornalismo — As azas da gloria e das masseiras — O "ora ora,, da Camara e o de Roberto

O meu amigo Carlos Rates — paladino comunista — legisla da seguinte maneira àcerca <do regime da publicidade> — como lhe chama — no seu livro *A Dictadura do Proletariado*:

«Artigo 1.º — Nenhum jornal, livro, cartaz ou qualquer outra formula de expressão grafica, poderá publicar-se sem auctorisação do Conselho dos Commissarios ou das suas delegacias.

«Artigo 2.º — As delegacias provinciaes nomearão comissões destinadas a exercer a censura de todas as publicações, impedindo-se de circular as que provocarem a hostilidade contra o novo estado de cousas a as que forem contrarias aos bons costumes moraes ou tendam a preverter a educação da infancia.»

Içada a bandeira vermelha assim se regularia o que se chama a livre expressão de pensamento nesta giria liberalista em que se patinha ha um seculo, com interrupções de cacete e codeas de pão de que o diabo faz travesseiro.

E, sem querer, — eu, habituado a expandir os meus sentimentos, — começo a achar delicioso este decreto em comparação com outro que um prócere desta republica pretende efectivar.

A distancia que vai do desassombro, da claresa comunista aos meandros, aos alçapões do jacobino faz-me pedir a Deus — no qual acredito, embora certos homens me façam duvidar de virem do seu infinito espirito — faz-me rogar à Providencia o regimen da tomadia da propriedade, às escancaradas, de preferencia a esta sementeira de ciladas, feita para alimentar as bolsas e as vaidades dos insignificantes, criados na babugem da imprensa, quasi toda prodiga em elogios e baptisados pelo cuspinho incessante dos adjectivos que o publico imagina perolas de aguas lustrais.

Chama-se João Camoezas — o legislador —; é de prosapias e falacias e seria hoje um estudante aplicado se não tivesse subido tão alto, num galope da besta da politica, que nem já descortina as letras, lá do solio repolhudo para onde o galão o atirou.

Ante o grave conflito entre os redactores do *Diario de Noticias* e a Moagem, proprietaria da gazeta, o deputado, como se se preparasse para figurar no cabeçalho dum jornal já feito, onde luziria suas galas de publicista provinciano, houve de arrancar das profundas do cerebro a mais fantastica das leis em relação à imprensa. É longo, largo, agreste como uma paisagem da adusta terra do legislador, esse projecto que a Camara acolheu, num rumor de ora! ora!... e a que eu acrescento as bolas da praxe em tais casos.

Calcule-se, que não só pretende despojar os proprietarios dos jornais — acto irrealisavel por semelhante processo — mas, ainda mais, quere dar aos accionistas o direito de nomear o director e chefes das redações, como succede nas emprezas exploradoras de seguros ou de terrenos ultramarinos, pondo assim os talentos à mercê do capital e dando-se o ar de vibrar no colosso o mais fundo dos golpes.

Dir-se-hia que uma anciedade grafomanica se apossou do partido democratico e que os seus corifeus, já tão sequiosos de logares nos Bancos e Companhias, pretendem alçar-se ao monopolio da letra redonda.

Outro dia verberei, aqui, o procedimento dum moageiro que desejava mandar nos jornalistas, hoje revolto-me, e com muito mais razão, contra este politico que nos busca esmagar sob uma pesada assembléa geral de capitalistas. Equivaleria a reconhecer mau o mando dum profano em assuntos de imprensa, mas a acatar o dominio duma centena dêles.

Quando sinto um dêstes recenhegados às honrarias, aos favores, aos beneficios do Estado — sem qualidades algumas para tais ascensões e indigestões — tomar a peito semelhantes assuntos, não posso furtar-me a imaginar quais serão os interesses em reboição nos seus estomagos. Desta vez penso que se o *Diario de Noticias* sofresse as operações do decreto, um bando — que teria comprado as acções então desvalorizadas — elegeria para a direcção do jornal esse ou outro singular legislador, dos que parecem querer arrebentar com o capital em que não mandam para se atirarem de bruços ante o que poderia ser seu affecto.

Na possibilidade, porém, de falharem amigos endinheirados para a aquisição do periodico, não haveria mais duvidas de êxito, porque o governo lá estaria para fazer a vontade aos seus amigos ou a quem quizesse favorecer.

Outra cousa não significa «o Estado representado por um delegado seu nas assembléas gerais das empresas jornalisticas», de que tão engravidado anda o projecto.

Todos os que me leem sabem das minhas opiniões àcerca da Moagem e da interferencia dos grandes capitalistas nas sociedades destinadas à exploração de jornais, e, por isso, quando soube que alguém procurava desapossá-los, regular a sua acção, dar aos trabalhadores da imprensa as suas garantias de brio profissional, exultei e corri a lêr os artigos da pretendida lei.

Sucedeu o episodio duma magica de feira, no qual um poeta apaixonado corre o mundo tangendo a sua lira em honra dum excelsa princesa encantada, no fundo dos bosques, e, quando — ao cabo de ano e dia — chega ao logar onde julga a beldade a aguardá-lo, topa com uma velha trôpega e zanaga a fazer-lhe caretas,

Então andam todos, os que dignamente labutam na imprensa, a desejar uma liberdade de movimentos, a traçar programas, a imaginar aperfeiçoamento em seu mister para, no fim de tudo, quererem fazer depender o futuro duma assembléa de tendeiros enriquecidos a roubar no pêso: ou de manejadores de bagos ganhos nas roletas secretas do Terreiro do Paço!? Não; mil vezes não! Como as cousas estão, ha ainda a esperar dos homens ricos — fartos de ouvirem rebeldias de seus assalariados — aasim designam os jornalistas — a passagem dos seus valores a mãos menos rudes e gananciosas; paira ainda o sonho de que deixem em paz os seus trabalhadores. Doutro modo, com o accionista a ter opiniões, o governo a nomear delegados, os jornalistas dependentes de toda esta berundanga amaionesada, acabar-se-ha por se tornar o jornal destinado a elucidar o publico na densa treva dum pinhal, na qual se podem dar facadas e roubar bolsas com o prestamanismo de discipulos da escola da Arcada-Sinistra.

Bastaria que o director ou chefe de redacção se esquecessem de citar, umas vezes por outras, as visitas que a madama de qualquer agua-péseiro reles fizesse às lojas do Chiado para se atear logo campanha ardente entre os accionistas das gazetas, naturalmente seus socios nas pouca-vergonhas e nas mixordias.

Nenhum jornalista, dos que brada contra o predominio da Moagem na imprensa e no país, pode acolher, sem desconfiança, esta lei alçapoadada, qua servirá para uma vingança, para uma sacudidela, para uma intriga, mas nunca para base duma aceitavel reivindicção. Nesses conluios não entro eu.

E, agora, a proposito: Por que razão este buliçoso alentejano, de tão vastas ambições, em vez de legislar em relação à imprensa, não o fez logo directamente para a Moagem? Porque não se enristou para as suas oficinas, armazens e escritorios?

Pois se é ela a originaria destes males, que todos sentimos, destes horrores, que todos sofremos, porque não seria a sua rendosa industria a mobilisada, em vez dos seus jornais?

Que súbita tendencia foi esta para a letra de imprensa, que amor instantaneo atrahu o ex-ministro da Instrução—veja-se as alturas para onde o atirou o galão da sua alimaria amangedourada no partido democratico!—que inspirada voz o moveu para se lançar sobre os efeitos, fingindo ignorar as causas?

Ou não ha logica neste mundo ou o projecto de lei devia ser mais dedicado à Moagem—às suas maquinas, aos seus processos, aos seus donos—do que aos seus jornais, os quais—por uma das minhas certezas—não estarão muito tempo em suas mãos.

Mas, porque busca este profano salvar (!) a imprensa, o brio jornalístico, a dignidade alheia e não ataca, na propria séde, quem se arvorou em mentor, em inspirador, em patrão dos plumitivos com o dinheiro do contribuinte?

Porquê?

Porque—este Roberto sempre tem muito má lingua—diz-me aqui o meu colaborador, o sr. Camoezas se julga com mais geito para jornalista do que para padeiro.

E acaba, como o parlamento ao ouvir ler o projecto:

Ora! Ora! Ora!

A Legação do Vaticano e o ex-seminarista dos Santos

As "Novidades," e o ministro da justiça — O catolicismo e a republica — A "pureza," da lei da separação — Um jornal religioso com medo dos jacobinos — Os "amens," desse catolicos.

Discute-se muito quem será o sucessor do sr. dr. Pedro Martins na Legação do Vaticano. Apontam-se nomes, arranjam-se qualidades para os candidatos, não se quer saber de suas ideas sobre religião mas apenas de seus serviços prestados na politica aos catolicos, ás vezes — como succedeu com o sr. dr. Moura Pinto — por indicação absoluta e terminante de outros, dos que, na realidade mandam. As leis deste ministro da justiça não foram de seu alvedrio. Devem-se ás ordens de Sidonio Paes.

Não quero, porem, discutir as qualidades dos indigitados, tanto mais que a dois deles me prende uma grande amizade. O que me sugere este debate, em volta da vaga da Legação do Vaticano, é coisa muito diferente das prendas talentos e virtudes dos apontados politicos.

Não sei se dentro em alguns dias existirá a legação do Vaticano.

A ação ensaiada pelo dr. Sidonio Paes, e que o sr. dr. Egas Moniz foi o primeiro a tratar em Madrid com o nuncio, desagrada á corrente radical que vae mandar, em breve, no partido democratico. Todas as transigencias dos catolicos, do grupo das *Novidades*, não serviram senão para os republicanos conhecerem as suas ambições em relação ao regimen que lh'as pode satisfazer. Na hora em que de novo se der o ataque aos principios religiosos aqueles que no jornal do Chiado aclamam a republica, verão a razão das minhas palavras.

A subordinação é tanta nessa gazeta, titulada de catolica, que ha mezes, mandando eu pôr ali um anuncio sôbre o meu livro relativo ao *Marquez de Pombal Pupilo dos Jesuitas*, foi respondido ao empregado não ser possivel inserir essas linhas pagas, sem a leitura da obra que se recomendaria ao publico. Enviou-se-lhe um volume e emquanto a *Epoca* o enaltecia, as *Novidades* calavam-se e nem inseriam o anuncio.

Tinham medo dos maçons e dos republicanos, os jornalistas cujo dever é pleitear pela religião? Eu sei; tinham medo de se verem envolvidos na pécha de jesuitas só porque a palavra os alarmava, e, então, não querendo comprehender o alcance do trabalho, preferiram esse silen-

cio cúmplice e jacobino. De todos os jornais de Lisboa só não se referiram á obra o *Mundo*, o *Rebate* e as... *Novidades*.

Declaradamente se comprova não servir de cousa alguma esse rebaiamento, que se vê até nas somas mínimas como esta, por parte daquele núcleo católico, porque ele não evitou a formal promessa do actual ministro da Justiça, feita no Congresso Democrático, conforme o extracto do *Diário de Notícias*:

«Fala depois da lei da Separação, dizendo que ela tem de manter-se íntegra e pura. Sabe que é indispensável levar ao parlamento um projecto acabando com as alterações a essa lei. (Muitos apoiados).

Afirma que essa proposta não está já aprovada, mas só por tática parlamentar, acrescentando que será ele quem a fará aprovar em breve no parlamento. (Vibrantes aplausos).»

Que será ele quem a fará aprovar em breve no Parlamento?

É uma cousa segura e tanto mais que tem de obedecer a uma corrente partidária, sem a menor hesitação.

Lá o disse, sem que lho pedissem:

«Submete-se às resoluções dos corpos dirigentes do partido, mas reclama para si o direito de dizer qual é, quanto à marcha do partido, a opinião da maioria dos filiados, que acham que ele deve seguir para as esquerdas.

Pensa também assim e dentro da esquerda se tem conservado. Mas não bastam palavras, diz, são necessárias também acções. E o Congresso será inútil se não se sair dali com essa directriz traçada.»

As acções começam pela lei de Separação «íntegra e pura».

Talvez que os católicos das *Novidades* não saibam, ou antes, finjam desconhecer o que significam semelhante «integridade» e pureza. Eles, tão amigos dos jacobinos que até adoram o Pombal, vulto incensado para atirar sobre os jesuitas, ainda não acreditam no que vai suceder, pois não acham um antigo seminarista capaz de falar alto à Curia.

As ilusões hão de perdê-las e, nesta conformidade, não percebo por que razão se hão de discutir os candidatos à legação do Vaticano, se ela vai de desaparecer como uma cousa inútil desde que a lei afonsina volte a viver «íntegra e pura».

As *Novidades* duvidam, mas eu acredito nas promessas do sr. Domingues democrático, até pela simples razão de que se os monárquicos transfugas pretendem, de dentro da república, dar seu cheque ao rei, um seminarista, do mesmo jaez, todo se deve rebolar ao dar o seu cheque ao Papa com todos os *amens* dos seus subordinados do jornal do Chiado.

Os Pereira da Silva de 1910, 1915 e 1924 na treva da Historia

**As identificações historicas — Páginas difíceis
— Os torpedeiros de Vale de Zebro e a esquadra revolucionária de 1910 — Echos do 14 de maio — O castigo dum official honesto**

A Historia da Republica, apesar de contar apenas 13 anos, parece que tem seculos. Viveu-se imenso neste periodo e os homens e os factos surgem-nos como se uns estivessem já mortos e os outros se perdessem numa bruma, deixando aqueles a vaga recordação de seus rostos estes um rastro documentado de sua passagem.

Na necropole enorme que é este regimen, eu sou o ex cavador do cemiterio. Por vezes acalento a fantasia dum Portugal a reviver, lá longe, nas colonias, a dar um alento o esta cachechia metropolitana mas desanimo logo ao vêr que o Terreiro do Paço não deixará nunca fazer da selva um emporio. Nestas condições vou procurando sempre e, de quando em quando, vem-me aos labios uma exclamação de surpresa logo abafada numa gargalhada de desdem como ao vêr, num circo, funambulos cabriolando. A dança aqui é macabra. Piruetam sobre jazidas.

Como estou trabalhando num livro, *Pimenta de Castro, Dictador*, quiz fazer um inquerito sobre algumas figuras do 14 de maio; andei rebuscando e se consegui identificar atitudes extravagantes de algumas e gestos honrados de varias um certo vacuo se fez em torno de terceiras. Claro que vou profundar afim de não se me oferecerem mais duvidas pois não posso compreender as mudanças subitas dalgumas dessas personagens, numa rapidez, tanto de prestomanas, que, apesar de usarem apelidos eguais, chego a duvidar de sua pertença aos mesmos individuos.

Como desejo, ao escrever taes paginas, ter que fazer poucas

rectificações vou expôr, aqui, o caso que me apoquento e talvez de qualquer lado me venha uma elucidação com menos afanosa tarefa para mim.

No *Diario dos Vencidos*, o meu camarada Joaquim Leitão, a paginas 143, traçou vagos periodos depois de narrar a acção de alguns officiaes de marinha, no dia 4 para 5 de outubro de 1910, quando se travava em Lisboa o combate das forças monarquicas e republicanas.

Tratava-se de ir a Vale de Zebro tomar conta dos torpedeiros evitando-se, assim, que caíssem nas mãos dos rebeldes e, naturalmente, para serem applicados na defesa do trono.

Serviriam para meter no fundo a esquadra pois se não houvesse tal intenção tanto fazia possuir os torpedeiros como deixa-los aos revolucionarios.

Diz, então, o escritor:

«Resolveram que iria com forças um official do PESO, mas que o tenente Pinheiro Chagas tambem ia a Vale do Zebro.»

Partiram: Pereira da Silva, que, por ser official mais antigo recebeu as ordens, Almeida Henriques e Frederico Pinheiro Chagas.»

Do ultimo já se sabe o destino. Honradamente meteu uma bala na cabeça formosa para não ficar prisioneiro dos vencedores aos quais — sem um tiro — o seu comandante se entregava, entregando-o. O segundo teve uma determinada acção bem linda, nesta tarde de derrota monarquica, e figura depois, no 14 de maio em situação que largamente descreverei e documentarei. O primeiro é que constitui o meu pesadelo deste momento.

Como se vê um tenente PEREIRA DA SILVA levou, em 4 de outubro de 1910, as ordens para os barcos de Vale de Zebro, e sem duvida destinados a faze-los actuar contra os barcos republicanisados.

Lá diz o auctor do *Diario dos Vencidos*, a pag. 238:

«O Tenente Pereira da Silva transmitiu as ordens que levava sobre a mobilisação dos torpedeiros.»

«Mas afinal porque não vieram os torpedeiros? — perguntamos nós? — continua-se, a pag. 240 do mesmo livro — e a resposta é a seguinte:

«Sobre isso apenas sei o que consta duma carta publicada pelo primeiro comandante Almeida Lima em que este declara que espontaneamente tomou a responsabilidade de os não mandar.»

Sem isto, o portador teria sido solidario no torpedeamento da esquadra o que constituia boa intenção dos seus camaradas.

Volvem os tempos e, ao abrir as paginas do livro de Correia dos Santos «A revolução do 14 de Maio» topo o seguinte, a pag. 117, quando fala do pessoal aliciado para o movimento:

«Sob as ordens do comandante Correia ficavam os outros officiaes disponiveis: 1.º TENENTE PEREIRA DA SILVA, os maquinistas Viegas Junior, Costa Santos, Correia e o medico Marques que estava de serviço.

Cá me aparece o mesmo apelido de PEREIRA DA SILVA na defesa dos democraticos quando, em 1910, um tenente possuidor de eguaes apelidos queria mobilisar os torpedeiros contra os navios a bordo dos quais se dispararam peças pela implantação da republica.

Não é o mesmo, decerto, porque não é possivel em cinco anos dar tão grande salto de opinião.

Do que esteve na conjura conheço seus passos. *A Ilustração Portuguesa* documenta-lhe o feito nestes termos, a pag. 665, do seu numero de 24 de maio de 1915.

«Essa tranquillidade chegou, porem, quando se soube que dois officiaes distintos, como militares e como patriotas, os 1.ºs tenentes Filimon de Almeida e PEREIRA DA SILVA, que nem um minuto deixou tambem o Arsenal, onde prestou com o seu camarada serviços valiosissimos haviam executado a ordem superior de irem ao quartel do Carmo e intimarem o general Pimenta de Castro a acompanha-los, a que este se prontificou dando entrada sob prisão no cruzador Vasco da Gama.»

Mas será o mesmo que, em 1910, levou a ordem para Vale de Zebro?

Do seu companheiro na captura do «dictador» sei a biografia: Filho dum poeta illustre, republicano de sempre, não deixou, jamais, de cumprir o seu dever de partidario e de militar; não saltitou de partido nem mudou de rumo. E' crível que aquele PEREIRA DA SILVA dos torpedeiros não seja o mesmo da detenção do general. Sim, é crível.

Mas ha mais. Um dia li num jornal que recebera a pasta de ministro da marinha um official da armada chamado tambem PEREIRA DA SILVA e puz-me a raciocinar pois desejo ser imparcialissimo ao traçar as paginas da cronica contemporanea, fontes para o historiador definitivo.

O ministerio actual é quasi todo composto por figuras do 14 de maio.

Alvaro de Castro, chefe da revolta, é ministro das finanças e seu presidente; Americo Olavo, aliciador dos mais ousados, é ministro da guerra, Mariano Martins, que entrou no quartel da armada com Freitas Ribeiro é ministro das colonias, Domingos Pereira, que tambem esteve naquele

reducto, é ministro dos estrangeiros. São todos revolucionarios do 14 de maio, logo o PEREIRA DA SILVA em questão deve ser o seu colaborador nesse movimento no qual, só não entraram três dos actuais membros do gabinete, o dr. Nuno Simões, então a fazer literatura, o dr. Lima Duque, então a vêr para onde se devia passar, e o dr. José Domingues dos Santos, então a ajudar à missa numa autentica igreja.

Logicamente tenho conduzido a personagem historica do segundo PEREIRA DA SILVA, revolucionario, captor, ministro.

Mas é ele o primeiro, o que levou a ordem a Vale de Zebro para se mobilisarem os torpedeiros contra a esquadra, em 1910?

De certo não é. Ha muitos apelidos eguais e por mais que queira não me é possivel meter o oficial monarchico de então na pele do jacobino de 1915 e ainda menos na do ministro da marinha de 1924, que tambem usa aquele PEREIRA e aquele SILVA, e o qual acaba de mandar reprender, diante de dois almirantes, o capitão de mar e guerra, Polycarpo de Azevedo, e que se encontrava na disponibilidade desde a epoca em que os torpedeiros deixando de agir — não por vontade daquele digno PEREIRA DA SILVA — geraram a possibilidade do triunfo do PEREIRA DA SILVA de hoje tão republicano como aquele seu homenageado era realista.

Grandes razões tenho para dizer que a *Historia da Republica*, contando apenas 13 anos, parece já ter seculos e como não desejo vêr a posteridade tão enredada como eu neste paradoxo dum PEREIRA DA SILVA — pois que eu saiba jamais as silvas tiveram pereiras — aqui deixo exposto os homens — porque decerto são dois — e os factos, no bom desejo de não legar uma embrulhada ao historiador de amanhã.

Quem me tira da sombra desta pereira, quem me desenrrasca dos picos desta silva?

Programa para a cadeira de estudos Pombalinos

Uma cadeira que é um petro — A memoria dos
algozes e a das victimas no ensino — Como se
ensinará o pombalismo — O lixo das ruas e o
da historia — O caso dumas jarras brasonadas

Na Camara Municipal um vereador, aliás grande propagandista do ensino e paladino da liberdade, acaba de propôr, nada menos, de que, na Faculdade de Letras, seja creada «duma cadeira de estudos pombalinos».

Não sei a que se possa chamar assim no bom sentido moderno e orientador. Julgo já ter demonstrado, no meu livro «*O Marquês de Pombal, Pupilo dos Jesuitas*», o animo sectario deste politico, a sua ganancia, a sua deformação moral, a sua ausencia de escrupulos, a sua religiosidade fanatica, o seu amor à Inquisição e o seu feitio de tirano. Se é isto que se vai ensinar na Faculdade devem ser bem singulares os seus professores.

Naturalmente contrata-se um individuo imbuído das ideias estupidamente encasquetadas nas cabeças duma geração de superficiaes e coloca-se, sem concurso, na cadeira de «estudos pombalinos» na qual, desde já prometo, matricular-me só para fazer varias perguntas ao professor. Este lente, nomeado — como tantos outros, ao sabor das conveniencias — ensinará tudo quanto os panegiristas do marquês reaccionario espalharam e esquecerá o que Camilo escreveu acerca do ministro de D. José; ocultará dos discipulos o *Processo dos Tavoras*, publicado ha pouco pela Biblioteca Nacional — onde se pensa de maneira diferente sobre o vulto que os do Gremio Lusitano imaginam seu parcial. — rasgará as paginas da historia de Latino e, num cantochão permanente, numa ladainha laica perene, exaltarà as virtudes de Sebastião José, a honradez do conde de Oeiras, a bondade do Marquês de Pombal.

Já expliquei que, por muito amar a liberdade, não posso admitir os

que, à sombra dela, exaltem os seus inimigos e daí o meu livro e o meu lugar neste parapeito donde continuo a querer limpar de mentiras as paginas referentes ao marquês na Historia de Portugal.

E é exactamente quando a minha obra, quasi exgotada, incidio sobre os espiritos e preparo outra edição, com mais sensacionaes revelações, que o municipio, que quere revolver o lixo da historia quando deixa amontoar o lixo nas ruas, vai pagar a instituição inutil duma «cadeira de estudos pombalinos» a qual talvez seja aproveitada por alguém que não tendo conseguido uma cathedra legalmente vai, por conta da Camara, turiferar a figura que se ressuscitasse, com todo o seu poder, lhe mandaria dar dois «tratos espertos».

É crível que o vereador propulsionante de semelhante cadeira e o seu regente, o qual já considero tambem meu futuro professor na aula, onde serei ouvinte, não saibam ou tenham esquecido o que eram «tratos espertos».

Eu lhes explico: Suponha-se, por exemplo, que qualquer dos dois, acusado do crime de hereriarquismo, caía em poder do tribunal, onde o Marquês de Pombal era um dos mais aferroados e assiduos juizes. Primeiro avançariam por um corredor lobrego, depois seriam sentados à força num banco, e os seus pulsos receberiam a laçada duma corda embreada para evitar o atrito mole do pódo. Se ás primeiras perguntas não quizessem fazer as confissões do agrado da assemblea, onde o grande tirano magicava suas vinganças e marcava suas sêdes de mando, uma especie de manipulo, já sebento pelas mãos suadas do verdugo, daria, primeiro, uma volta, depois outra. A pele engelhava-se para se rasgar, a corda penetrava quasi até aos ossos e o paciente não se calaria mais porque, entre os seus ais doloridos, gritaria os seus sim e os seus não conforme o desejassem os algozes.

Eis — senhores cultores do «pombalismo» — o que se chamavam «tratos espertos». Aplicavam-se nos pulsos mas tambem nos pés, nos braços, nas pernas, conforme a reluctancia das testemunhas ou dos reus em obedecerem à vontade dos juizes.

O nomeado para essa cadeira deve ser pessoa de estomago para engulir isto tudo e quando nos lembramos que, ha dias, um deputado alcunhou de reacionario o ensino universitario só porque um bispo achara bom certo compendio devemos tambem esperar que julgue indigna duma democracia a aula na qual se presta homenagem a um facinoroso inimigo da liberdade.

Nas disciplinas a ensinar nessa cadeira da Faculdade de Letras não se devem esquecer as determinações que o ministro assinou não só referente a fidalgos mas tambem a plebeus que não falavam a seu geito no processo dos Tavoras.

«E logo foi o reu posto no potro e atado». Deste modo começam

quasi todas as peças desse libelo que em vez de o ser para as vítimas representa a condenação do seu carrasco.

Deve, também, narrar-se nessa aula a forma de quebrar ossos de homens amarrados, de esquartejar gente, de atar condenados ao rabo de cavalos, chicoteados com furia, de fazer laçadas para garrotes, e de levar ao patíbulo mulheres, como a marquiza de Tavora, que nem sequer foi ouvida no tribunal.

Mas ha mais para se explicar nas lições desse curso apolegetico de algozes.

A maneira de conduzir um pai diante do cadaver de seu filho, esparinhado em sangue, de ossos quebrados, a cabeça separada do corpo e de mostrar a um marido o pescoço anegrado da esposa pingando sangueira pelas frinchas do cadafalso, e depois — não o esqueçam os propagandistas dos estudos pombalinos — deve-se mostrar a forma pratica de alcatroar um patíbulo, de lhe lançar fogo para que as labaredas indiquem ao mandante da execução não ter já cousa alguma a temer de seus inimigos.

Se não é isto que o lente, nomeado e pago pela Camara Municipal, vai expôr, então, decididamente, não sei qual o seu programma baseado em boas fontes historicas.

Os alunos, decerto, lhe farão perguntas ás quais terá que responder e constituirá um divertimento ir inquirir alguma cousa do pombalista encartado pelo municipio. Por exemplo:

De quem eram umas jarras, existentes, outrora, em casa do Marquês de Pombal e que, sendo vendidas ao Marquês da Foz, e estando expostas ao calor de um fogão estalaram em seu esmalte, brazonado com as armas do valido de D. José, aparecendo debaixo delas, as do duque de Aveiro?

Meus senhores — volverá, talvez, o professor — pois desconhecem a origem do facto? Foram os jesuitas negregados os autores do roubo e da trapaça.

As acusações do general Gomes da Costa

O resultado de uma visita ás colonias — O que se passa no ultramar — O perigo de falar alto — Macau, a desarmada — As economias dos governadores

O general Gomes da Costa ficou sempre com impetos de irrequieto tenente, ao mesmo tempo que ha uns tenentes, os quais, desde aspirantes, guardaram a psychologia de maiores praticos, reformados. São os que formam no exercito a burocracia armada, com o chá a horas, o temor de ficar para traz na escala, e o bom desejo de que não chova em dias de parada.

Com aquele bravo, que nas campanhas de Africa ganhou as condecorações que lhe adornam a farda e na França se tornou o amigo dos generais estrangeiros — seus pares, seus admiradores — succede o contrario. Possui espirito joven, um bulicismo de mocidade, um nervosismo de *sabreur*, que só está bem a desafiar, e, quando o irritam, marca a colera de um valente, pronto a vingar afrontas com a maxima rapidez. Deu, em toda a sua carreira, muito que falar; bateu-se sempre que foi preciso e noutro pais gosaria da sua gloria no posto mais alto do exercito, ouvindo tilintar espadas. Em Portugal não cabe o seu feitio. Cada vez que fala, o Terreiro do Paço imagina-o chefe de uma revolução em perspectiva, e cada vez que espirra manda-o vigiar pela policia secreta.

A estas horas, já o militar illustre, chegado de uma inspecção às colonias, deve ter à porta de sua casa dois ou tres pares de olhos vigilantes, para irem depositar no seio do chefe da corporação, vulgarmente chamada do «Tacho», a recolha de sua espionagem com o afan de escaravelhos, revolvendo e engrandecendo as bolas indispensaveis à sua vida.

O *Diario de Lisboa* entrevistou o cabo de guerra, e ele, sem ambages, no seu tom habitual, declarou a verdade do que vira, e que parece ter espantado o ministro das colonias, o meu velho Mariano dos tempos das torpelas, que não é menos irrequieto do que o general, apesar de pairar nas regiões do poder.

Contou, por exemplo, aquele, que em Macau não ha munições «nem um unico cartuxo», asseverou com a certeza de quem viu.

Em Macau não é possivel haver tudo. Desde que tem um governa-

dor, pago regiamente, um luminoso entendimento de colonial, que sem o advento republicano patinharia nos subalternismos, para que sua intelligencia nascera, não pode gosar senão dos beneficios de tanta luminosidade.

O medico Rodrigo Rodrigues — o que na Penitenciaria mandava espiar os presos politicos por presos comuns — fez a sua aprendizagem de dirigente de uma possessão importante no seu tirocinio de carcereiro? Macau é para ele a verdadeira arvore das patacas e, carregado de oiro, ha de voltar, a explorar fabricas em Amarante ou a gosar dos rendimentos, o homem, cujo passado politico foi sempre o de um perseguidor, um servo das vinganças afonsinas e o de protector de assassínios contra homens de bem, torturados nas celas, para onde os atiravam os acasos da politica.

Quando se entrega uma colonia, como Macau, a um individuo, cujo fim é o de enriquecer, não se deve exigir que ela se encontre no estado decente que teria, se lá estivesse um ser de diferente character. Ha pouco ainda, um dos seus irmãos protegia, à descarada, o assassino de Sidonio, numa aldeola minhota, e, como este bandido desapareceu — ao que dizem — talvez esteja em Macau a apagar o governador.

Seria tudo quanto fica dito caso apenas de desperdicio de dinheiro se não representasse o sintoma imoral da republica em nomear para os cargos os correligionarios mais incompetentes. Este governador, como medico, é capaz de não usar profilaxia em seu mister, gerando até a morte dos doentes, e ele bem o sabe, mas como colonial é muito susceptivel de cousas ainda peores.

Quando se coloca á frente das provincias ultramarinas quem não estaria melhor a tirar dentes, não se pode esperar elogios dos que veem a obra deleteria onde esperavam encontrar o saneamento.

O general não disse cousa alguma neste rude sentido, mas faço eu os comentarios que se podem aplicar a outros serviços publicos. Não ha munições em Macau, mas ha patacas em barda para enriquecer o carcereiro dos monarchicos vencidos e maltratados.

Em Gôa — isto afirma Gomes da Costa, sem o menor receio de desmentido — um capitão medico recolheu ao hospital porque «já estava cançado de passar fome».

Lê-se e se não fosse o general que o dissesse não se acreditava.

Interrogado pelo jornalista acerca da ação do ministerio sobre tais pontos, volveu:

«— Não faz nada. É uma sucia de idiotas — diga mesmo assim, porque lho afirmo eu — que podem ser muito boas pessoas e muito inteligentes, mas que não percebem nada daquilo. Nas colonias, esse ministerio está completamente desacreditado. Mais ainda: diz-se, à boca cheia, que alguns funcionarios fazem como os cegos: só tocam, quando lhes pagam, isto é, quando os compram. Não sei se é verdade — diz-se..»

— O sr. general apresentará, certamente, um relatório..

— Não apresento nada. Para quê? Ninguém o lê, ninguém faz caso de relatórios, ninguém quer saber se os outros passam fome, contanto que tenham o estomago cheio!»

Foi sempre o criterio do partido democratico e seus aderentes.

Todos os males do país são de sua autoria, todos os desastres nacionais são seus filhos. Não é o caso do, «se comem as searas os pardaes

a culpa é dos Cabraes». A prova real e irrefutavel do que afirmo está feita largamente nas paginas deste panfleto.

A imoralidade democratica contaminou tudo e o general inspetor, na sua costumada maneira, não se conteve e condenou.

O ministro ordenou um inquerito, e creio que sinceramente, pois é um homem de impulsos e de honesto desejo de enaltecer o regimen—seu idolo de sempre—porem ha a politica a interpôr-se a seus ditames e a accusação ficará de pé sem que o inquerito a profunde.

No caso presente, a obra dum verdadeiro republicano e patriota estaria em pôr de lado correligionarios e nomear para os cargos quem mostrasse maior competencia, maior honradez, maior dignidade tanto em Portugal como no Ultramar e sempre que os governadores ou os altos comissarios depositassem milhares de libras no estrangeiro—como fez ha pouco o sr. Norton—deveria chamá-los à metropole para darem as explicações da proveniencia dessas reservas, porque se lhes chegou para economisar é porque recebem demasiado, desfalcando assim as colonias em quantias que lhes pertencem e seriam uteis ao seu desenvolvimento.

Mas isso sim! O general bradou no deserto, e nas possessões os altos dirigentes continuarão como os chacaes roendo os restos do que podia ainda alentar-se e formar uma obra de grandeza e de futuro brilhante.